

MARCO DA INCERTEZA

Volta dos leilões recoloca o Brasil no radar da indústria mundial de petróleo e gás, mas não afasta dúvidas quanto ao futuro da exploração do pré-sal

O ano de 2013 deverá ficar marcado na história do setor de petróleo e gás brasileiro. O retorno das rodadas de licitação do petróleo do pós-sal em maio, depois de cinco anos de silêncio, colocaram o Brasil de volta à mira da indústria mundial do setor. Com 142 blocos arrematados envolvendo 30 empresas de 12 países e valores recordes em bônus e investimentos, a 11ª Rodada apontou ótimas perspectivas para o crescimento da exploração no país.

Nada, entretanto, parece se comparar à expectativa gerada pelo primeiro leilão do pré-sal, marcado para outubro, em que se licitará a nova joia petrolífera brasileira: Libra, uma área de 1.548 km², em águas profundas da Bacia de Santos, no litoral fluminense. "Hoje, as reservas brasileiras de óleo e gás provadas são 18,2 bilhões de barris de óleo equivalente (boe); somente em Libra a expectativa é de oito bilhões a 12 bilhões de boe recuperáveis", comparou de Clayton Pontes, coordenador geral de Reserva, E&P de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME), no Seminário da FGV/IBRE sobre matriz energética. "Apesar de não serem volumes comprovados, os prospectos de todos os estudos conduzidos até agora indicam que, com o pré-sal, poderemos pelo menos triplicar as reservas provadas nacionais", afirma, destacando que somente entre 2013 e 2017 a expectativa de investimento em exploração e produção será de US$ 162 bilhões, sendo 81% aportados pela Petrobras.

Dúvidas

Especialistas reunidos no seminário avaliaram, entretanto, que essas polpudas projeções não serão suficientes para chancelar o sucesso das licitações do pré-sal, devido, sobretudo, às dúvidas quanto ao regime de partilha de produção definido em lei em 2010. "A partir deste ano testaremos o grau de atração que esse tipo de contrato tem para os investidores privados. E, ao longo do processo, passaremos a testar sua funcionalidade, ou seja, se garantirá uma boa gestão das atividades de produção e exploração", diz Luiz Gustavo Kaercher Loureiro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

(UNB). Loureiro destaca a importância da Petrobras, que deterá um percentual mínimo de 30% em qualquer contrato de partilha, além de ser operadora única em todos os contratos do pré-sal. "Além disso, a ainda não criada estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) será bastante forte do ponto de vista de decisões negociais", assegura.

Na opinião de Pontes, do MME, a forma de contratação por partilha garante oportunidades exploratórias para uma ampla quantidade de indústrias. Analistas e agentes de mercado defendem, entretanto, que o novo marco regulatório suscita insegurança, à qual se somam fatores de desestímulo à competição identificados nos parâmetros técnicos e econômicos para o leilão de Libra. O primeiro item questionado é o valor definido para o bônus de assinatura de R$ 15 bilhões, considerado alto. "O governo mudou sua percepção, priorizando a arrecadação de curto prazo", diz Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O economista lembra que, diferentemente do contrato de concessão, em que a disputa é concentrada na oferta do bônus de assinatura, o contrato de partilha do pré-sal deveria buscar o maior retorno no excedente em óleo mínimo para a União, fixado, para essa rodada, em 40%. Ou seja, por envolver uma área de grande potencial e baixo risco, com mais segurança na recuperação dos custos, o consórcio vencedor estaria mais disposto a maximizar esse excedente. "Com esse valor de bônus, entretanto, as empresas que não tiverem caixa agora ficarão fora do jogo e, com menor interesse e competição, a produção desse excedente para o governo também poderá ser menor", avalia. "A estimativa de produção de Libra ainda não está certificada, e acho que não é assim que se faz essa conta", reforça Celso Silva, diretor de Negócios da Promon.

Excedente

Além disso, Almeida destaca a fixação de US$ 105 para cálculo do valor mínimo do excedente em óleo, "transferindo para as empresas o risco do preço do petróleo", como outro fator de alerta, bem como o estabelecimento do teto de recuperação do custo em 50% do valor bruto da produção nos dois primeiros anos e de 30% nos anos seguintes. "Estamos falando de um investimento alto — Libra é do tamanho de um país —, e fica claro que fixar teto da receita implica alongar tempo para sua recuperação", diz.

O novo marco regulatório suscita insegurança, à qual se somam fatores de desestímulo à competição identificados nos parâmetros técnicos e econômicos

Outro fator destacado no evento é o desenho da política de conteúdo local para o setor e a necessidade de reposicioná-la em bases realistas quanto à capacidade da indústria brasileira. "Não podemos transformar uma oportunidade em um problema", alerta Almeida, lembrando que a falta de lógica econômica na definição de percentuais de conteúdo nacional em compromissos já assumidos resultaram em atrasos na produção. "É algo que se deve discutir abertamente, tanto que o contrato de Libra estabeleceu um nível de 55% (até 2021) e 59% (após 2022) para a fase de produção", diz. Na 11ª Rodada, o percentual médio de conteúdo local registrado foi de 62,3% para a fase de exploração e de 75,96% para a fase de desenvolvimento.

O economista da UFRJ defende que uma política adequada do setor deve permitir uma especialização progressiva nos produtos e serviços em que o país comprove competitividade. "Temos que levar essa política para uma fase superior à que temos. Uma sugestão da indústria que me parece interessante é dar o direito de abatimento do percentual de conteúdo às empresas que importem do Brasil para abastecer suas operações no exterior", exemplifica. "Isso incentivaria as empresas locais a exportar, e não há empresa competitiva que não exporte." (S.M.)